

Reservas extrativistas são alternativas ao desmatamento

Ricardo Arnt

RIO BRANCO — Em tempos de desânimo, surge, lá do fim do Brasil, um novo modelo de desenvolvimento, capaz de travar a devastação incontrolada das florestas amazônicas. O governo do Acre acaba de criar a primeira Reserva Extrativista do país, uma área de 39 mil hectares, em São Luiz do Remanso, a 80km a Sudoeste de Rio Branco, que torna realidade um conceito defendido, há três anos, por seringueiros, ambientalistas e pesquisadores, do Brasil e do exterior.

Vários projetos de reservas extrativistas estão sendo estudados para instalação no Acre e Rondônia. O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) estuda sua adoção em toda a Amazônia. Segundo o secretário de Assentamento e Colonização do ministério, Cesário Menezes, "1988 será o ano do assentamento extrativista". Até a Elettronorte está interessada na implantação do modelo, nas florestas adjacentes aos grandes lagos das hidrelétricas da Amazônia, para preservá-los do assoreamento e da erosão decorrentes da derrubada das metas. Ironias de desenvolvimento: primeiro, afoga-se a floresta, depois protege-se o que sobra para garantir lagos artificiais.

Revolução — Assentamentos extrativistas são unidades de conservação e produção implantadas em áreas ocupadas por grupos sociais cuja sobrevivência depende da exploração dos recursos naturais da floresta. Através de uma concessão de uso, válida por 30 anos e renovável, regularizam-se áreas coletivas de exploração, garantindo o direito das populações dedicadas ao extrativismo preservarem seu modo de vida auto-sustentável. Técni-

cas essenciais são introduzidas para melhorar a qualidade do produto, baratear a produção e a comercialização e iniciar seu processamento industrial. Tudo sem perturbar as condições naturais de produção. Para seringueiros, castanheiros, índios e ribeirinhos coletores dos 23 produtos conhecidos da floresta (há mais de cem, estimam os especialistas), ecologia não é iluminação, é sobrevivência.

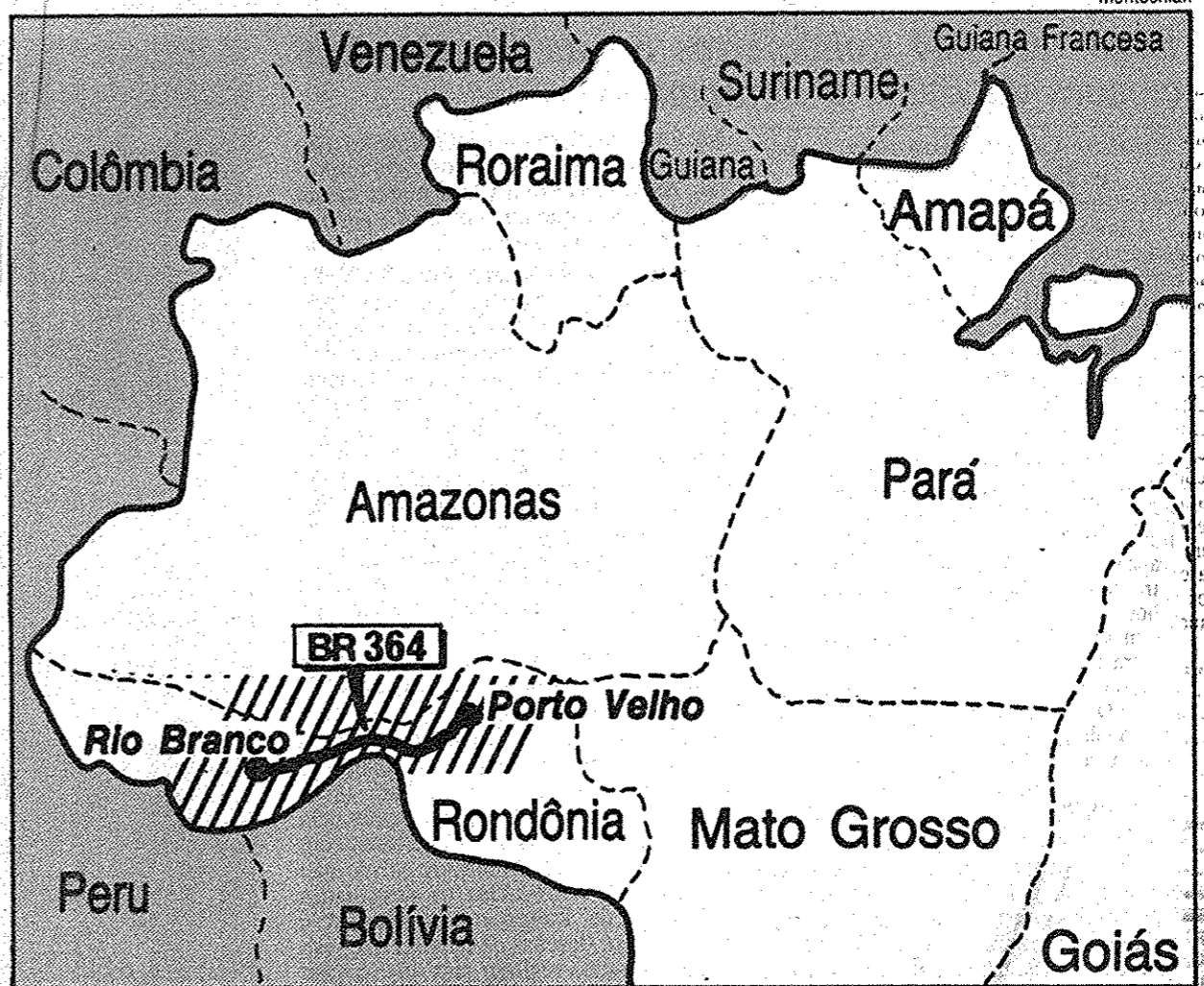
O que parece óbvio implica uma revolução no padrão de colonização da Amazônia. Trata-se, conforme a antropóloga Mary Allegretti, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, de "rever o conceito de progresso para se pensar o significado do desenvolvimento da floresta". Por exemplo: as unidades extrativistas não podem ser implantadas com base na divisão arbitrária de lotes individuais e na propriedade privada. Seringueiras, castanheiras, sorgo, batata, guaraná ou piaçaba distribuem-se desigual e irregularmente pela floresta, impondo práticas econômicas específicas. O extrativismo combina um modo de produção familiar e individual com áreas coletivas comumente exploradas segundo regras consolidadas e não escritas. A coleta de diferentes espécies, conforme o ciclo econômico, exige deslocamentos sazonais numa grande área limitada. A distribuição dos recursos na floresta não obedece à regra e ao compasso.

Queimadas — Mais de 30% da população rural do Norte do Brasil dependem dessa forma simples de sobrevivência. Mas seu padrão de vida é muito superior ao dos lavradores e assalariados agrícolas, atraídos pelos projetos de colonização implantados na Amazônia nos últimos anos. O transplante da infraestrutura tecnológica e fundiária da pro-

dução agropecuária do Sul para a floresta tropical úmida não deu certo. Está provado. O resultado — hoje objeto de centenas de teses em universidades do mundo inteiro — é o ciclo derrubada da floresta-queimada — plantio-abandono da área, um ciclo de dois anos, três, no máximo. Em Rondônia, 22% das florestas virgens do estado foram destruídas em oito anos — um recorde de velocidade brasileiro.

As reservas extrativistas surgiram como resposta à probabilidade da repetição da devastação de Rondônia no Acre, elaboradas e defendidas pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pelos sindicatos de trabalhadores rurais do Acre, em 1985. A BR-364, Cuiabá—Porto Velho, a veia das migrações que aumentaram a população de Rondônia de 100 mil para um milhão de habitantes, em 15 anos, está sendo pavimentada até Rio Branco. Até setembro, deverá estar pronta. Seis a sete famílias de colonos, entram, a cada dia, no Acre. É fácil prever um novo surto de valorização da terra e concentração fundiária, a derrubada da floresta, a expansão das fazendas e a expulsão das populações do interior para a periferia degradada das cidades — ou para a Bolívia, onde já existem 50 mil seringueiros brasileiros.

O custo dos efeitos ambientais não costuma ser agregado aos cálculos da rentabilidade dos projetos. Mas a desordem dos fatores altera o produto. A concentração de empresas agropecuárias e a destruição das florestas no vale do rio Acre estão produzindo enchentes anormais em Rio Branco. Nas cheias de 1950, 1955 e 1971, choveu mais do que agora, mas as consequências foram mais suportáveis. O desmatamento transforma evento em catástrofe. Alguém deveria receber a conta dos prejuízos.



O PMACI, na área de impacto da BR-364 até Rio Branco, está pronto mas não é executado

Indiferença preocupa o governador

— O destino do Acre é agroflorestal e, a partir daí, industrial. Não queremos a receita tradicional do desmatamento, o gado e a agricultura. Apostamos no extrativismo, no manejo racional da madeira da floresta e na biotecnologia.

A indiferença do governo e da sociedade brasileira com a preservação ambiental aflige o governador do Acre, Flaviano Melo (PMDB), 38 anos: "Nenhuma entidade ambientalista do Brasil tem nos ajudado. Posições nossas repercutem no exterior e chegam ao Sul como reflexo. Isso é subdesenvolvimento. No Brasil, ninguém sabe das nossas lutas; nos Estados Unidos sabem."

Quando foi eleito prefeito de Rio Branco, em 1982, Flaviano abriu o governo para as Associações de Bairro, privilegiando o saneamento da periferia. Em 1986, eleito governador, com 59% dos votos, pôs o Acre na vanguarda da defesa ambiental no Brasil.

Tem sido bastante empurrado para isso. O governo federal fornece ao estado 91% dos seus recursos. Os 9% restantes vêm da borracha, da castanha e do comer-

cio. O extrativismo é o alicerce da sociedade acreana. Mas o sindicalismo mudou as relações tradicionais nos seringais. Os seringueiros, hoje, são uma força com um peso decisivo na política do estado.

— No século XIX, o Acre foi conquistado por 150 mil brasileiros — grande parte cearenses — que vieram explorar o extrativismo da borracha e da castanha. Foram eles que fizeram o Acre, do convívio com a floresta. O acreano é ambientalista por necessidade — define o governador.

Flaviano exprime, no governo, a apreensão da sociedade com a vizinhança do fantasma de Rondônia: "Estamos correndo para garantir que o desenvolvimento do Acre siga o caminho que queremos".

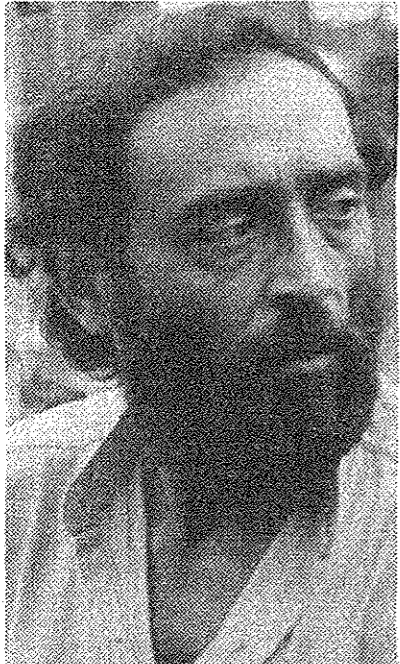
Não tem sido fácil. As críticas internacionais ao desastre de Rondônia forçaram o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) a condicionar o financiamento da pavimentação da BR-364, de Porto Velho a Rio Branco, à elaboração e implantação do PMACI — Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunida-

des Indígenas. O governo brasileiro aceitou e formou o Grupo de Trabalho PMACI, coordenado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Seplan. Mas o governo do Acre sequer foi incluído entre os órgãos responsáveis pela execução do plano.

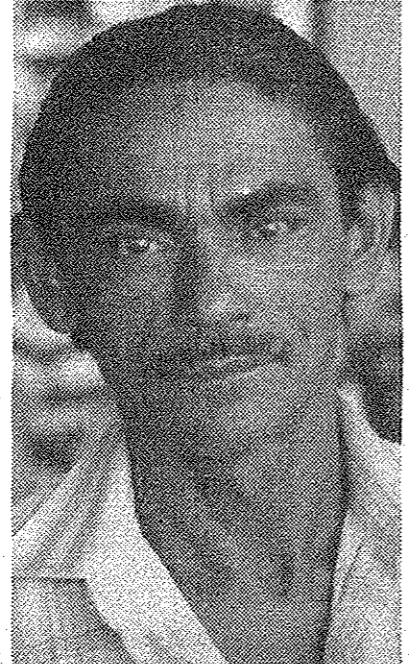
Atrasos sucessivos nas obras de pavimentação da estrada levaram o BID a suspender os empréstimos para a BR-364. O Plano de Ação Definitivo do PMACI ficou pronto, finalmente, em setembro passado, prevendo a demarcação de 22 áreas indígenas e a implantação de cinco reservas extrativistas numa área de 262 mil 670 quilômetros quadrados ao longo da estrada. "Mas falta vontade política para executá-lo", diz Flaviano Melo.

O governo do Acre quer a estrada que consolidará a ligação do estado com o resto do país, mas também quer medidas de proteção ao seu impacto. "Já pedimos ao governo federal para transferir a responsabilidade integral do PMACI para o estado. Pedimos ao BID que continue o programa. O Acre fará o PMACI se lhe derem apoio", afirma o governador. (R.A.)

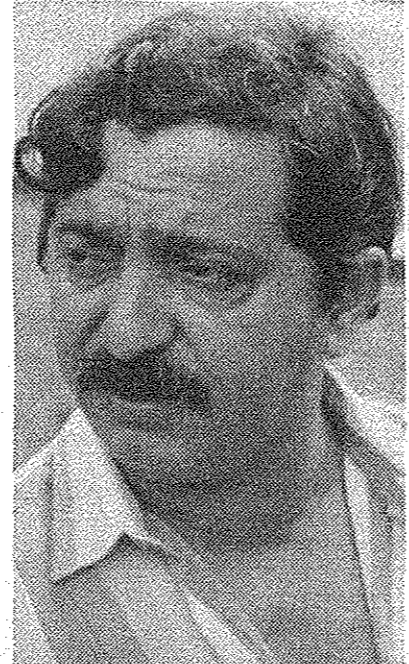
Rio Branco — Fotos de Ricardo Arnt



Raimundo, o sindicalista



Jaime lidera mobilização



Chico Mendes, o premiado

Waldorf Astoria aplaude seringueiro

A platéia era daquelas que — como disse alguém — não precisava bater palmas, bastava chacoalhar as jóias. O riquíssimo Waldorf Astoria, de Nova Iorque, ouviu, siderado, o discurso do seringueiro acreano Francisco Mendes, 43 anos, com a reverência que se presta a um mito da Amazônia.

No dia 5 de junho de 1987, Dia do Meio Ambiente, a distinção de Chico Mendes como único brasileiro entre 500 personalidades mundiais ligadas à defesa do meio ambiente agraciadas com o Prêmio Global 500, da ONU, provocou mal-estar no Rio e em São Paulo. Não havia um ecologista, nem um jornalista bem informado, que soubesse quem era Chico Seringueiro.

"Foi um sonho. Nunca pensei nisso. Fico constrangido porque os brasileiros não deram importância para a luta que os estrangeiros reconheceram. Os principais jornais do mundo divulgaram nossos problemas. Aqui, muito poucos. O pessoal lá fora parece mais preocupado com a nossa realidade do que nós mesmos. É triste", diz o seringueiro.

O Conselho Nacional de Seringueiros está conquistando atenções cada vez maiores. "O seringueiro saiu da floresta para Brasília na hora certa", observa Jaime da Silva Araújo, 47 anos, presiden-

te do Conselho, "entidade ecológica, suprapartidária, de defesa do homem extrativista, dedicada a disseminar a consciência ambiental nos povos da floresta". Três anos de mobilização convenceram o Inera a adotar o Projeto de Assentamento Extrativista como alternativa de exploração auto-sustentável para a Amazônia, em julho de 1987.

Em janeiro de 1987, o Conselho lançou as bases de um pacto de grande alcance, a Aliança dos Povos da Floresta, unindo, em Brasília, a União das Nações Indígenas (UNI) e o Conselho num programa de defesa da floresta e do direito à terra. Resgata-se, assim, uma dívida histórica, a do antagonismo entre seringueiros e índios.

"Fomos empurrados contra os índios há muitos anos. Os primeiros seringueiros foram eles, os kaxinawá e os geminawá. Mas temos a mesma vivência, a mesma luta e os mesmos inimigos, o latifúndio e as madeiras. Hoje, os seringueiros estão mais juntos dos índios do que a Funai", diz Jaime Araújo.

Raimundo Mendes de Barros, 43, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, o maior do Acre, e membro do Conselho, reitera que só a mobilização da população da floresta "poderá oferecer resistência contra a vio-

lação dos seus direitos e defender o meio ambiente". Entre 1970 e 1975, a incorporação do Acre à fronteira extensiva do capitalismo gerou uma especulação fundiária que acarretou a transferência de 60% das terras do estado para empresários do Sul. Mais de 30 mil seringueiros foram expulsos para a Bolívia. "Saímos do escravismo direto para o capitalismo", nota Chico Mendes.

Muitos perguntam aos seringueiros sobre as dificuldades de fazer avançar o sindicalismo entre seringueiros solitários, isolados da selva remota. "São obstáculos aparentes. O isolamento intensifica a solidariedade entre os homens. Reforça os laços familiares, a amizade e a cordialidade entre as pessoas.", afirma Araújo.

— Não quero ser peão de fazenda, nem favelado na cidade. Não quero meus filhos marginalizados. Estamos defendendo nossa profissão e nosso modo de vida. Defendemos o mercado para os nossos produtos. No futuro, lutaremos pela industrialização. Somos a favor do progresso e contra a depredação do patrimônio natural dos brasileiros. Vamos provar que a castanha produz mais que o boi e que a seringueira é mais rentável ao país do que o vaqueiro — garante o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros. (R.A.)